



Polícia Civil estabelece jornada de trabalho no dia das eleições 2010

Portaria 285/2010, editada pela Polícia Civil do Estado, fixa expediente normal no dia das eleições 2010 em todas as Seccionais Urbanas, Delegacias, Divisões Especializadas, Superintendências e Delegacias do Interior. A portaria também

estabelece jornada de trabalho dividida em dois períodos: de 08 às 14 e de 14 às 22 horas. A portaria ainda determina que os servidores do primeiro horário deverão votar a partir do término do expediente respectivo. Já os do segundo horário deverão exercer

seu direito de voto antes do início do correspondente expediente. A portaria recomenda às diretorias de Polícia Metropolitana, Especializada, do Interior e de Administração que adotem as providências ao fiel cumprimento do presente ato.
(Cad. 3 - Pág. 15)

A História no Diário Oficial

MOURA CARVALHO (IV)

O governador Luiz Geolás de Moura Carvalho sancionou a Lei nº. 1.686, de 03 de junho de 1959, que fixava o efetivo da Polícia Militar do Estado para o exercício de 1959.

A Polícia Militar seria composta de um Comando Geral; um Batalhão de Polícia; uma Companhia de Guardas de Polícia e um Pelotão de Polícia Montado. O Comando Geral dispunha, para exercer sua missão, de um Quartel General constituído de um Estado Maior e outros auxiliares. O Estado Maior seria constituído por um Estado Maior Geral - principal órgão do Comando, composto por chefes de Seções de Pessoal, Informações, operações e instruções, e logística, formado por oficiais que planejavam e auxiliavam o comandante -, e de um Estado Maior Especial que compreenderia os serviços de Intendência, Saúde, Armamento, Assistente Militar do governador e Ajudante de Ordens, constituído por oficiais.

O provimento do Posto de Coronel Comandante Geral seria feito por comissionamento e exercido, de preferência, por Oficial do Exército com Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.



IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ

ioepa

Informação que faz história

Projeto interface

O Tribunal de Justiça do Estado e a Ordem dos Advogados do Brasil-Seção do Pará firmam convênio para implantação do Projeto Interface para fornecimento do banco de dados da OAB ao TJE. O objetivo é possibilitar que o Poder Judiciário disponha de elementos capazes de evitar que advogados destituídos de suas prerrogativas possam, indevidamente, representar os jurisdicionados.
(Cad. 5 - Pág. 8)

Acesso à informática

O Estado do Pará, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (SEDECT), a PRODEPA como interveniente, e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Benevides assinam acordo de cooperação técnica e financeira para implantação, na sede daquele sindicato, de um centro público de acesso à informática denominado Infocentro. O acordo visa promover a capacitação da comunidade não-incluída no uso da tecnologia de informação.
(Cad. 2 - Pág. 10)

Regularização de áreas rurais

O Instituto de Terras do Pará torna público que está sendo processada a regularização das áreas rurais tradicionalmente ocupadas pela Comunidade Remanescente de Quilombos de Santa Luzia do Bom Prazer localizada no município de Mojú.
(Cad. 2 - Pág. 9)

Implantação de vicinal

A Secretaria de Transportes assina contrato com a empresa Via Pará Construtora Ltda para execução dos serviços de implantação da vicinal do trecho PA-151, Santa Maria do Icatu/Vila de Jataiateua, no município de Igarapé Miri, Região de Integração do Tocantins, sob Jurisdição do 4º Núcleo Regional.
(Cad. 5 - Pág. 6)

Projeto de musicalização

A Fundação Carlos Gomes assina convênio com o Núcleo Comunitário São Benedito objetivando repasse de recursos para garantir o funcionamento da Escola de Aprendizes da comunidade do Projeto de Musicalização, no município de Salvaterra.
(Cad. 4 - Pág. 8)

Eleição para Corregedor

A Secretaria Executiva do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado torna público o nome dos candidatos aptos a concorrer à eleição para Corregedor Geral da Defensoria Pública do Estado para o biênio 2010/2012. A eleição será realizada às 14 horas do dia 23 de setembro de 2010, na sede da Defensoria.
(Cad. 1 - Pág. 16)